

Grande ABC pode intensificar recuo de exportações com tarifas dos EUA

Trump deve definir hoje se aplicará cobranças de 25% sobre itens brasileiros; especialistas acreditam em acordo parcial

BEATRIZ MIRRELE
beatrizmirrele@igatate.com.br

Sem acordo previsto, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deve definir hoje se aplicará tarifas adicionais de 25% sobre produtos brasileiros após recomendação do USTR (sigla em inglês para o Escritório do Representante Comercial norte-americano). Ao usar a Seção 301 da legislação do país como argumento, a entidade alega "prática desleal" do Brasil em relação ao Pib, etanol, desarmamento ilegal, entre outros pontos.

Se a Casa Branca aprovar, o recuo das exportações do Grande ABC aos EUA pode se intensificar, principalmente por causa dos impactos à indústria de transformação, destaque regional. Segundo especialistas, a motivação política dessas medidas é explícita e a possibilidade das cobranças entrariam em vigor é concreta. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse ontem que o governo brasileiro tem se esforçado para manter as tratativas até o prazo se esgotar. "Vamos ver, examinar a base das tarifas e reagir. Não deixamos de negociar e de conversar até o último mo-

mento. Nós temos que esperar o que vai acontecer para divulgar as medidas que temos que tomar para equilibrar as tarifas tomadas eventualmente para os Estados Unidos."

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, também confirmou o diálogo com representantes de Washington. "A gente precisa primeiro avaliar se, de fato, se confirma mais essa medida desproporcionada para avaliar quais são os setores afetados. E a gente vai chamar os setores para dialogar. Tudo com muita tranquilidade."

Por causa do tarifário geral, que começou a valer no ano passado, as exportações da região para os EUA caíram 13,35%, enquanto as importações recuaram 15,75% na comparação entre o primeiro semestre de 2026 e de 2025.

Os principais itens enviados aos Estados Unidos são dos segmentos de borracha; cobre; armas e munições; ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, além de metais comuns; reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos. Os dados são do governo federal. "Hoje, as tarifas deixaram de ser apenas instrumentos comerciais e passaram a inte-

Balança comercial entre Grande ABC e Estados Unidos

Município	Exportação em US\$		Importação em US\$		Variação
	2025	2026	2025	2026	
Santo André	105,7 mi	107,7 mi	83,1 mi	62,1 mi	
São Bernardo	156,9 mi	106,7 mi	90,6 mi	73,4 mi	
São Caetano	6,8 mi	23,1 mi	29 mi	26,1 mi	
Diadema	6,2 mi	12 mi	38,5 mi	37,3 mi	
Mauá	7,3 mi	10,7 mi	69,6 mi	67,6 mi	
Ribeirão Pires	63,2 mi	40 mi	7,5 mi	6,8 mi	
GRANDE ABC	346,6 mi	300,3 mi	324,6 mi	273,5 mi	
BRASIL	20.031 bi	17.427 bi	21.666 bi	18.950 bi	

Principais segmentos de exportação			1º semestre de 2026		
Descrição	Município	Valor US\$			
1º Borracha	Santo André	84.190.866			
2º Cobre	São Bernardo	82.662.849			
3º Armas e munições	Ribeirão Pires	38.025.349			
4º Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, metais comuns	São Caetano	15.227.633			
5º Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	Santo André	11.190.308			

grar estratégias de política industrial, segurança econômica e disputa geopolítica. Por isso, uma eventual reversão depende menos de argumentos técnicos e mais de decisões políticas dos Estados Unidos. O cenário mais provável é a negociação de exceções para alguns setores, e não a retirada completa das medidas", explicou Wilson Mendonça, professor de economia na Skema Business School.

De acordo com ele, a forte concentração da indústria de transformação torna a região especialmente sensível às novas cobranças previstas. "Os primeiros impactos tendem a atingir setores mais dependentes desse mercado, como siderurgia, metalurgia, autopeças, máquinas e equipamentos, produtos químicos e outros segmentos industriais. Encontrar novos compradores exige adequação técnica, novos con-

tratos e desenvolvimento de canais comerciais. Isso leva tempo e pode implicar na redução das margens de lucro." Claudio Acornel Cordeiro, diretor de comunicação do Giesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) Santo André, que engloba também Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, destacou que a tarifa total seria de até 37,5% sobre parte relevante da pauta brasileira. "Para a

regional (do Giesp), o risco é direto, porque os norte-americanos compram 29,3% do que exportamos. Essa porcentagem aceleraria o redirecionamento para América Latina e Europa, mas nenhum mercado substitui os norte-americanos no curto prazo."

Para Letícia Moschioni, sócia da Finiscale, consultoria financeira, o tarifário muda a economia das exportações antes mesmo de reduzir o volume vendido. "A incerteza sobre a alíquota final leva empresas a alongar estoques, renegociar preços e reservar mais capital de giro, o que retira recursos de investimentos. O espaço para um acordo está principalmente nas exceções, porque determinados itens brasileiros abastecem cadeias norte-americanas que não encontram substitutos imediatos."

André Matos, CEO da consultoria de investimentos MA7 Negócios, também acredita na maior possibilidade de excluir alguns segmentos do que chegar a um acordo completo. "Foi assim na primeira rodada, quando itens como aviões, celulóse e suco de laranja ficaram de fora da lista, o que reduziu muito o dano efetivo. Cada produto tirado preserva receita de exportação, emprego e evita pressão sobre o câmbio."

A Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), por exemplo, solicitou ao USTR a retirada dos produtos químicos da lista de taxados por alegar que isso aumentará os custos aos norte-americanos e vai favorecer a ampliação de relações comerciais com o mercado asiático.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 5